

**INTELECTUAIS ORGÂNICOS E FORMAÇÃO POLÍTICA NA LUTA DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS: EM DISCUSSÃO A OCUPAÇÃO COMUNA
17 DE ABRIL EM FORTALEZA**

Virginia Márcia Assunção Viana
Programa de Pós-Graduação em Educação – UFC/ FAGED

RESUMO

A proposta deste artigo é debater sobre intelectuais orgânicos, a partir da concepção gramsciana no contexto da organização dos movimentos sociais contemporâneos, em especial no movimento em defesa da moradia. Este texto é parte dos estudos da pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFC, que tem como objetivo analisar o processo da formação política na luta pela construção e existência da Ocupação Comuna 17 de abril em Fortaleza na perspectiva do fortalecimento da organização comunitária. Assim, a Comuna 17 de abril entre 2010 a 2014 é o palco das análises, considerando os caminhos da sua organização rural-urbana e conquista do residencial no próprio território ocupado. Ela desponta como movimento social construído a partir da articulação entre Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, Movimentos dos Conselhos Populares - MCP e Unidade Classista em busca de garantir moradia. Na Comuna 17 de abril foram trilhados caminhos da educação popular em Freire no processo de formação política das famílias que, desde os primeiros momentos de organização, fizeram surgir intelectuais forjados no processo das lutas, construindo uma capacidade crítica de potencializar o debate e fortalecer as lutas pela garantia dos seus direitos, como defende Gramsci. O contexto de construção da Comuna apresenta dois aspectos sócio-históricos mais marcantes. O primeiro, de ter ocorrido no momento da escolha do Brasil como sede dos eventos esportivos internacionais da FIFA em 2013 e 2014, sendo Fortaleza uma das cidades da rota dos jogos de futebol da Copa das Confederações e da Copa do Mundo, em meio ao movimento político das Jornadas de Junho de 2013. O segundo aspecto refere-se à gestão democrático-popular em Fortaleza, do Partido dos Trabalhadores de 2005 a 2012, que possibilitou uma maior articulação dos movimentos sociais do estado do Ceará e subsidiou a organização de núcleos comunitários, que influenciaram a articulação rural-urbana e o processo da ocupação da Comuna 17 de abril em 2010. O território da Comuna, denominado pelos governos de Residencial Cidade Jardim Fortaleza, fica nas proximidades da Arena Castelão no bairro José Walter, onde ocorreram os jogos mencionados. Seja pela pressão do contexto político vivido somado ao da organização política dos movimentos sociais, a Comuna 17 de abril marcou a história recente da cidade de Fortaleza com a conquista de quatrocentas famílias do início da ocupação, que se projetou para o anúncio de onze mil moradias populares. A formação política perpassou toda a luta da Comuna, e dela emanaram intelectuais orgânicos e militantes políticos comprometidos com a defesa dos direitos humanos e o fortalecimento das lutas sociais, enfrentando as desigualdades e lutando por uma vida mais digna.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectual Orgânico; Ocupação Comuna 17 de abril; Formação Política; Movimentos Sociais;

RIASSUNTO

Una Proposta deste Artigo é oratore sobre intelectuais Organicos, a partir da concepção gramsciana, non contexto da Organização dos Movimentos sociais Contemporâneos, em Especial senza movimento em defesa da moradia. Este texto é parte dos Estudos da indagine de doutorado no Programa de POS-Graduação da Faculdade de Educação da UFC, que tem como objetivo analisar o Processo da formação política na luta pela construção e Existencia da Ocupação Comuna 17 de abril em Fortaleza na perspectiva fare fortalecimento da Organização Comunitária. Assim, un Comuna 17 de abril entre 2010 a 2014 e o Palco das análises, Considerando os Caminhos da SUA Organização rurale-urbana e conquista fanno residenziale senza Próprio território ocupado. Ela desponta como movimento sociale construido a partir da Articulação entre dos Trabalhadores Movimento Sem Terra - MST, Movimentos dos conselhos Populares - MCP e Unidade classista em busca de garantir moradia. Na Comuna 17 de abril Foram trilhados Caminhos da Educação popolare em Freire senza Processo de Formação Política Das famílias que, desde os primeiros momentos de Organização, fizeram surgir intelectuais FORJADOS non Lutas Processo das, construindo uma capacidade Crítica de potencializar o dibattito e fortalecer come Lutas Pela della garanzia dos seus direitos, como Defende Gramsci. O contexto de construção da Comuna Apresenta dois aspectos socio-históricos mais marcantes. O Primeiro, de ter ocorrido non Momento da escolha do Brasil como sede dos Eventos esportivos Internacionais da calcio em 2013 e il 2014, Sendo Fortaleza uma das Cidades da Rota dos Jogos de futebol da Copa das Confederações e da Copa do Mundo, em Meio ao movimento político Das Jornadas de Junho de 2013. O segundo Aspetto RIFERIME-se à Gestão Democrático-popolare em Fortaleza, fare Partido dos Trabalhadores de 2005, una 2012, que uma maior possibilitou Articulação dos Movimentos sociais do Estado do Ceará e subsidiou un Organização de nucleos comunitarios , Que influenciaram un Articulação rurale-urbana eo Processo da ocupação da Comuna 17 de abril em 2010. O território da Comuna, denominado peli governos de Residencial Cidade Jardim Fortaleza, nas FICA Proximidades da Arena Castelão no bairro José Walter, onde ocorreram os Jogos mencionados. Seja Pela pressão fare contexto político vivido Somado ao da Organização política dos Movimentos sociais, un Comuna 17 de abril Marcou un História Recente da cidade de Fortaleza com un Conquista de quatrocentas famílias fare início da ocupação, que se projetou para o Anúncio de onze mil Moradias populares. Un Formação política perpassou toda una Luta da Comuna, e dela emanaram intelectuais Organicos e militantes políticos comprometidos com a Defesa dos direitos humanos e o fortalecimento Das Lutas sociais, enfrentando come desigualdades e lutando por uma vida mais Digna.

PAROLE CHIAVI: Intelectual ORGANICO; Ocupação Comuna 17 de abril; Formação Política; Movimentos Sociais.

I. HISTÓRIA DA COMUNA 17 DE ABRIL EM FORTALEZA: notas introdutórias

A ocupação Comuna 17 de abril em Fortaleza ocorrida entre 2010 a 2014 é um marco da luta por moradia na cidade capital do estado do Ceará e, neste artigo destaco três questões

fundamentais desse movimento social: 1) de ser uma articulação política rural-urbana entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e o Movimento dos Conselhos Populares de Fortaleza – MCP, de caráter urbano; 2) de ser uma conquista da moradia no próprio espaço da ocupação, em território de interesse da especulação imobiliária e com boa infraestrutura de serviços disponíveis da cidade; e, 3) de ter uma formação educativa construída e fundada na educação popular, que contou com a participação e apoio de estudantes e professores da Universidade Estadual do Ceará – UECE e de laboratórios do Curso de Serviço Social, o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Serviço Social – LAPESS e Laboratório de Seguridade Social – LASSOSS.

O debate perpassa o processo de formação política e da educação popular desde o contexto da mobilização popular à organização política das quatrocentas famílias que iniciaram o movimento social Comuna 17 de abril em Fortaleza até o recebimento das moradias.

A ênfase nesta Ocupação no bairro José Walter resulta da notória complexidade que a questão da moradia popular assume em Fortaleza, principalmente, a partir da primeira década dos anos 2000, sendo uma prioridade de demandas da população cearense em fóruns do Orçamento Participativo - OP e do Plano Diretor Participativo – PDP. Isto implicou no movimento de organização rural-urbana e na conquista da construção do Residencial Cidade Jardim Fortaleza¹.

A discussão sobre a formação educativa dos movimentos sociais busca identificar em Gramsci e em Freire as análises que permitem entender o fortalecimento dos sujeitos coletivos do movimento social Comuna 17 de abril, considerando suas reflexões sobre intelectuais orgânicos e educação popular.

A história de organização popular que culminou com a Comuna e a conquista do Residencial germinou nos núcleos comunitários de alguns bairros de Fortaleza no início da década de 2000, quando na cidade despontaram movimentos de organização comunitária em torno da moradia, que propunham resgatar a identidade coletiva, tal como o Movimento dos Conselhos Populares – MCP, que existe desde 2004.

A história de criação do MCP vem das movimentações políticas de organização das comunidades da cidade e, com as eleições municipais de 2004, em torno da proposta de uma candidatura de governo democrático-popular em Fortaleza, para enfrentar a gestão municipal

¹ Vale destacar que a denominação de Residencial Cidade Jardim Fortaleza surge após a negociação para construção das moradias populares. Contudo, a comunidade das famílias que ocuparam este território no bairro José Walter em Fortaleza a chamam e reconhecem como Comuna 17 de abril, ou apenas, Comuna.

que há dezesseis anos estava sob a direção do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, espraiando a cultura das lideranças de bairro, popularmente conhecidas como “cabos eleitorais”.

Com a campanha e eleição da prefeita Luizianne Lins do Partido dos Trabalhadores – PT em Fortaleza ocorreu uma aproximação dos movimentos rurais e urbanos, em especial, com as primeiras atividades propostas de mutirões de limpeza da cidade, de mobilização e organização do OP. Muitos dos militantes envolvidos nessas frentes passaram a ser requisitados para cargos no poder municipal e apareceram as divergências e dificuldades entre os representantes da gestão e a organização dos movimentos sociais de base na cidade.

Por outro lado, a construção histórica do MST no Ceará tem raízes no processo do êxodo rural com as migrações do campo para a cidade, motivadas pelas secas e apropriação privada das terras do campo em latifúndios comandados por coronéis e seus apoiadores. A busca por melhores condições de vida e as formas de rejeição social vividas na cidade, com a urbanização precária e o processo de favelização, a organização comunitária popular passa a ser o caminho da resistência e sobrevivência na cidade. As Comunidades Eclesiais de Base – CEBs ligadas à igreja católica através dos defensores da teologia da libertação a partir dos anos de 1960 também fortaleceram os movimentos sociais no processo da sua organização e resistência à ditadura civil-militar (1964-1984) e o MST é umas das expressões desse momento da vida política brasileira.

A princípio, vale ressaltar, que a denominação Comuna 17 de abril tem o sentido de demarcar politicamente o acontecimento histórico do massacre de Eldorado dos Carajás no estado do Pará em 1996 em 17 de abril, sendo este o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária, o Abril Vermelho². Neste episódio sangrento da história recente das lutas populares vinte e um militantes do MST foram assassinados numa operação da Polícia Militar daquele Estado, crime até hoje impune. A Comuna marca, também, a unidade dos movimentos do campo e da cidade, numa estratégia de enfrentamento à concentração de terras improdutivas nos latifúndios rurais e urbanos.

A ocupação das famílias ocorrida em 2010 foi construída ao longo de encontros de organização dos movimentos sociais em torno da moradia popular em Fortaleza. Durante o processo da ocupação da Comuna as divergências no MCP se agudizaram e as insatisfações

² O Abril Vermelho é um movimento nacional mobilizado anualmente pelo MST, que faz alusão ao massacre de Eldorado dos Carajás ocorrido no Pará em 1996, que resultou no assassinato de vinte e uma pessoas pela Polícia Militar deste estado.

com as decisões da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza - HABITAFOR provocaram uma divisão no MCP. Dos dissidentes, então, surgiu a Unidade Classista como um coletivo organizado por militantes que defendem um movimento sindical-operário sem ser meramente “sindical” e, sem ser “reformista”, articulado ao Partido Comunista Brasileiro-PCB. Como esta ruptura no MCP se deu por discordâncias políticas no âmbito das ações municipais foi mantida a articulação entre MCP, Unidade Classista e MST na Comuna.

A Comuna 17 de abril em Fortaleza, então, marca um movimento que busca resgatar na história a rebeldia, a resistência e a organização do socialismo nas lutas da França, em especial, com a Comuna de Paris³, de março a maio de 1871. E, a coragem e ousadia dos trabalhadores de Eldorado dos Carajás no Brasil em 17 de abril de 1996.

Neste artigo, portanto, busco trazer partes das discussões veiculadas no projeto de extensão Protagonismo Popular e Práticas Emancipatórias: fortalecendo as relações de comunidade em Fortaleza do LAPESS e LASSOSS, nos quais sou pesquisadora e na pesquisa de doutorado que venho desenvolvendo junto à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará – FACED, que tem como objetivo geral analisar o processo da formação política na luta pela construção e existência da Ocupação Comuna 17 de abril. A partir daí, como um dos objetivos específicos proponho compreender a articulação rural-urbana entre MST, MCP e Unidade Classista na Comuna 17 de abril em Fortaleza.

Das referências analíticas que circundam a temática dos movimentos sociais no contexto do capitalismo busco resgatar autores como Behring (2003), Coutinho (1988), Gohn (2008), Harvey (1992), Damasceno (s/d, 1990, 1992, 1993 e 2005), Scherer-Warren (1999), e Telles (2004), bem como Freire (1967, 1970, 1997, 2011), Gramsci (2014) e Marcon (2012) sobre educação e formação política.

³Sobre a Comuna de Paris vale destacar que foi um movimento de resistência popular no período que finaliza o tempo de Luis Bonaparte e a invasão do Reino da Prússia à França. O episódio mais significativo que provocou a revolta vitoriosa do proletariado foi o saque das armas da Guarda Nacional de Paris, que era liderada pelo burguês Adolphe Thiers, representante do poder na França, em março de 1871. Os trabalhadores assumem o controle do governo após vinte anos de lutas desde a Revolução Francesa em 1848, que destituiu a monarquia e o poder ficou sob o comando dos “aliados” burgueses. Com a Guerra Franco-Prussiana a Comuna de Paris enfrentou tanto a invasão prussiana como as tropas francesas mais conservadoras, que não apoiavam este movimento socialista. Mesmo tendo sido um curto governo de autogestão dos trabalhadores, a Comuna conseguiu propor a separação da Igreja do Estado e providenciou muitas ações em favor da classe trabalhadoras.

PROCESSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA: da ocupação à conquista das moradias

A dinâmica da Comuna em Fortaleza desde a ocupação de parte das Terras dos Montenegro⁴ foi de proteger o grupo, principalmente mulheres e crianças, por isso a organização dos barracões foi em formato de “U”, que resguardava mais as pessoas em caso de invasão policial ou outras ameaças. As famílias foram subdivididas em cinco (5) Pólos, onde o/as coordenadore/as foram definidos através de processo eleitoral e decisão coletiva e atuaram juntamente com os militantes do MST, da Unidade Classista e do MCP em reuniões diárias e com chamada de participantes.

A partir do quarto e quinto mês de acampamento as famílias mudaram dos barracões para fazer seus próprios barracos e se mantiveram organizados nos Pólos.

Desde o início da ocupação foram propostas as atividades políticas, de produção, de educação e culturais que eram estratégicas para manter o grupo coeso e em condições de sobreviver às intempéries e as dificuldades da falta e escassez de água, luz, escolas, postos de saúde, que são próprias de uma ocupação e, ainda, resistir às ameaças policiais e ao tráfico de drogas, como ocorreu na Comuna.

Das atividades do grupo tinham a Cooperativa de Costura, o Salão de Beleza Comunitário, a Bodega Vitória Coletiva, a Ciranda de Leitura para crianças e adolescentes e turmas de Ensino de Jovens e Adultos (EJA).

As atividades de EJA e de educação com as crianças, que me despertou para as essas reflexões e análises, ocorreram desde os primeiros meses da ocupação através dos militantes do MST e de jovens acadêmicos com a intenção de construir os espaços da educação popular nos movimentos sociais. Vale destacar, a experiência de alfabetização na Comuna através do método “Sim, eu Posso⁵”, e a ciranda de leitura que revelaram a preocupação do movimento com a formação educativa como ato político, como enfatiza Freire (1986).

⁴ A denominação “Terras dos Montenegros” identifica as demarcações de grandes propriedades da família Montenegro em Fortaleza, de territórios grilados no passado e que atualmente são instrumentos de especulação no mercado imobiliário. Em especial a escolhida pelo movimento, localizada no Sítio São Jorge no bairro José Walter, tem mais de 500 hectares, enquadrava-se pela lei como latifúndio e nela não havia nenhuma produção de subsistência ou em larga escala, podendo ser considerada como terras improdutivas. Vale destacar que a Construtora e Imobiliária Montenegro é um dos negócios desta família em Fortaleza.

⁵O método “Sim, eu Posso” criado pela educadora cubana Leonela Relyz, foi operacionalizado pela primeira vez na República Bolivariana da Venezuela e objetiva a eliminação do analfabetismo em curto prazo. O método se baseia na relação do conhecido (números) em direção ao desconhecido (letras), proporcionando, assim, o ensino da leitura e da escrita, e assegura, em poucas semanas, o conhecimento necessário para ascender à educação básica. É composto por um kit com dezessete (17) DVD’s e uma cartilha, com sessenta e cinco (65) teleaulas em um período de três meses, mediados por um monitor (professor). No Brasil o método foi adaptado pelo próprio

No ano de 2012, em virtude da Copa das Confederações em 2013 e a Copa do Mundo em 2014, os governos municipal e estadual sinalizaram para a construção do Residencial Cidade Jardim Fortaleza, como resposta à organização e resistência das famílias da Comuna. À época, o então governador Cid Gomes (Partido Socialista Brasileiro - PSB) e a prefeita Luizianne Lins (Partido dos Trabalhadores - PT) pactuaram não só a construção de unidades habitacionais para as famílias ocupadas, naquele momento mais de mil, mas um residencial com mais de onze mil moradias populares através do Programa Minha Casa Minha Vida⁶ do governo federal para também instalar, futuramente, outras ocupações da cidade.

As ameaças do tráfico que surgiram após os cinco primeiros meses da ocupação e a intenção de disputa do comando do movimento fizeram as quatrocentas famílias retornarem as casas de familiares e/ou viver de aluguel, até a entrega definitiva das moradias do Residencial Cidade Jardim Fortaleza ocorrida no final de 2014.

A continuidade da organização da Comuna com as quatrocentas famílias a partir de 2013 se deu através do projeto de extensão da UECE junto ao LAPESS/ LASSOS do Serviço Social tendo em vista esta articulação desde a Ocupação em 2010. A discussão coletiva se enraizou nos Ciclo de Debates e audiências públicas na UECE e manifestações populares de rua nos anos de 2013 e 2014.

FORMAÇÃO POLÍTICA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS: o exemplo da Comuna

17 de abril

Segundo Damasceno (s/d) há duas matrizes de organização dos movimentos sociais. Uma mais “clássica” que representa o movimento sindical e é palco das lutas entre a classe trabalhadora, que é dona da força de trabalho e a classe proprietária que domina os meios de produção. As relações sociais existentes entre elas carregam uma dialeticidade entre o que une e, ao mesmo tempo, opõe estas classes sociais, o capital e o trabalho. Assim, a autora revela que há uma “clivagem ideológica”, posto que “(...) a contrapartida do capitalista, é

MST e, após o período das teleaulas o prosseguimento das atividades se dá com a constituição dos Círculos de Cultura, propostos por Paulo Freire.

⁶ Programa Nacional proposto pela Lei Nº 11.977, de 07 de julho de 2009, é resultado de diretriz do Governo Federal de subsidiar empréstimos para moradias de interesse social. É gestado pelo Ministério das Cidades para famílias de baixa renda que estão na base de dados do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, e requer da família postulante financiar a moradia através de empréstimo à Caixa Econômica Federal. Esclarecimentos, consultar:

http://www.sedhab.df.gov.br/mapas_sicad/conferencias/programa_minha_casa_minha_vida.pdf.

incomparavelmente maior que o salário percebido pelo trabalhador, decorrente do fato do capitalista se apropriar da maior parte da riqueza gerada pelo trabalho, é a lei da mais-valia (...) têm-se então como resultado a segregação urbana (as favelas).” (s/d, p.01).

A outra matriz destacada pela autora é a dos “novos movimentos sociais” dimensionada no Brasil na década de 1970, que são caracterizados pela diversidade das formas de resistência do movimento, as novas expressões do sindicalismo, conhecidas como novo sindicalismo, os movimentos ético-culturais que incluem os movimentos feminista, gay, ecológicos, juvenis entre outros e os de acesso ao uso e consumo de bens coletivos, como os de defesa da moradia popular urbana. Damasceno destaca, ainda, que no contexto desses novos movimentos sociais vão se gestando outras perspectivas da intervenção do estado que se alinha às ideias de estado ampliado em Gramsci, onde o estado “deixa de ser um inimigo imparcial para constituir-se num “locus” onde ocorrem os conflitos sociais, portanto, possível de ser penetrado pela sociedade civil (socialização da política)” (s/d, p. 02). Destaca, pois que essa é a “forma fenomenológica dos movimentos sociais”, visto que direcionam a mobilização e a ação política.

Além disso, a autora levanta questões conceituais que os “novos movimentos sociais” encarnam no campo das ciências sociais, em que uma tem uma vertente mais político-sociológica, voltada a dimensão partidária e de construção de uma nova ordem social, e outra mais antropológica, voltada para as questões de dentro e de dentro para fora dos movimentos sociais. Assim, destaca algumas premissas destes movimentos sociais: de não compreendê-los como de conotação e mobilizações inferiores; e, de não tomar a miséria como o foco da mobilização, mas da consciência da pobreza como o aspecto fundante. Por isso, expressa uma “reconceituação do político” nas práticas cotidianas, que aparecem como reelaborações das representações constituídas.

Um aspecto de análise do texto de Damasceno que se aproxima deste estudo é sobre a discussão de formação educativa nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ao apresentá-las como expressões dos novos movimentos sociais no Brasil e América Latina, que tinham como características a tomada de consciência da condição de oprimidos e se organizarem na defesa de seus interesses, daí tomarem os espaços organizativos, tais como associações e cooperativas numa perspectiva libertadora. Portanto, os textos de Damasceno (s/d, 1990, 1992, 1993 e 2005) revelam que o processo de educação nas CEBs surge do povo, de suas

próprias experiências e deve se voltar para ele próprio. A postura dos agentes educativos é de realizar e contribuir para uma ação educativa coletiva, com o povo. E, nisso, percebo uma ligação com as atividades educativas com as crianças e adolescentes e de EJA na Comuna.

A partir da ação educativa desenvolvida nas CEBs e considerando o protagonismo e a formação política das famílias da Comuna há uma compreensão do pensamento de Gramsci sobre a concepção de “intelectuais orgânicos” e de Freire em torno da “educação popular”, que podem fundamentar as análises. Resgato de Gramsci para este texto a sua discussão da obra *Cadernos do Cárcere* (2014), Volume 2 sobre a história dos intelectuais.

Gramsci inicia questionando: “Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem sua própria categoria especializada de intelectuais?” (p. 15). Sugere, então, que para discutir esta questão é preciso entender “o processo histórico real de formação das diversas categorias intelectuais”. Destaca que há duas formas de categorias de intelectuais que são mais importantes: a primeira, que todo grupo social nasce com uma função essencial no “mundo da produção econômica” e cria de forma orgânica uma ou mais camadas de intelectuais e que dão uma homogeneidade e uma consciência a essa própria função, não apenas economicamente, mas no social e político também. Cita como exemplo o empresário capitalista como um representante de uma “elaboração social superior”, “dirigente e técnica (intelectual)”, que cria o técnico da indústria, o cientista político e da economia, o organizador de uma nova cultura, do novo direito entre outras necessidades. “Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral (...) capacidade de escolher os ‘prepostos’ (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa.” (GRAMSCI, 2014, p.15 e 16).

Assim, ser “orgânico” como “grupo social” é criar para si uma ou mais camadas de intelectuais com a homogeneidade e consciência da função econômica, social e política no mundo produtivo. “Pode-se observar que os intelectuais ‘orgânicos’ que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos, ‘especializações’ de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz.” (IDEM, p.16)

Há uma controvérsia neste texto de Gramsci quando entende que os camponeses, mesmo exercendo uma função essencial no mundo da produção, não criam seus próprios

intelectuais “orgânicos” e também não incorporam camadas de intelectuais “tradicionais”; mesmo que “outros grupos sociais extraíam da massa dos camponeses muitos de seus intelectuais e grande parte dos intelectuais tradicionais seja de origem camponesa” (p.16). Buscando entender esta passagem em Gramsci percebo que não se considera aí os camponeses em suas instâncias de organização, tais como no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST e nas Ligas Camponesas no Brasil dos anos de 1960. Costilla⁷ esclarece, inclusive, que a massa de camponeses revelada por Gramsci seria aquela isolada e sem conexão com a dinâmica produtiva, ou seja, de trabalhadores que ainda não se percebem como trabalho vivo, criador de riquezas. Quando o trabalhador compreende que não é apenas uma mercadoria, mas a força vital do trabalho vivo passa a criar sua própria ideologia e que sociedade almeja. Assim, trabalho vivo não é o mesmo que força de trabalho. Ele constrói uma identidade coletiva dos e como trabalhadores e, assim, uma revolução intelectual se constitui, sendo o trabalhador o próprio intelectual de seu grupo social.

A outra forma de grupo social que Gramsci destaca como importante é o “essencial”, que emerge na história a partir da estrutura econômica anterior e como categoria de intelectuais preexistente que faz uma continuidade da história, mesmo com a existência de modificações de formas sociais e políticas. Como exemplo destes intelectuais menciona a categoria dos eclesiásticos que “pode ser considerada como uma categoria intelectual organicamente ligada à aristocracia fundiária: era juridicamente equiparada à aristocracia, com a qual dividia o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios estatais ligados à propriedade.” (GRAMSCI, p.16 e 17). Há também de se ressaltar que no absolutismo junto ao poder central do monarca uma “aristocracia togada” de administradores, cientistas, teóricos etc iam se constituindo como “independentes do grupo social dominante”, independentes, autônomos, com características próprias.

Buscar saber: quais os limites ‘máximos’ da acepção de ‘intelectual’? é o erro metodológico mais recorrente, segundo Gramsci (2014, p.18), tendo em vista enfatizar um critério de distinção intrínseca às atividades intelectuais ao invés de compreendê-las no conjunto das relações sociais onde se encontram. “O operário e proletário, por exemplo, não

⁷Professor Lúcio F. Oliver Costilla (UNAM-UFRGS), sociólogo mexicano, professor efetivo da Universidade do México – UNAM e colaborador do Curso de Mestrado em Serviço Social - MASS da Universidade Estadual do Ceará – UECE, sendo estas anotações registradas por ocasião do Curso Gramsci e o Pensamento Latino Americano, ministrado em setembro de 2014 no MASS/ UECE.

se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais” (p. 18). Em todo trabalho físico, mecânico e degradado, há um mínimo de “atividade intelectual criadora”, embora ela não seja o que determina a função social, pois são as relações sociais onde está o grupo executor do trabalho físico que a determina.

Por isso, seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens tem na sociedade a função de intelectuais (...). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual (...) em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante (p. 18 e 19).

Esta citação de Gramsci em especial de “que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens tem na sociedade a função de intelectuais” remeto a condição de alguns coordenadores de polo da Comuna como fossem esses intelectuais no campo social, importantes para seu grupo de origem e para os grupos solidários às suas ideias, mas nem tão importantes para a sociedade, sendo que não pertencem às ideias deste grupo e não são por ele reconhecidos organicamente. Nos depoimentos de muitas pessoas do grupo da Comuna, em rodas de conversas, há comentários de que elas já foram criticadas, até por seus familiares, parentes e amigos, por terem participado da Comuna e ficado na ocupação de “terras alheias” e, assim, terem “ganhado uma casa por serem invasores”, deslegitimando a luta construída. Há aí a confirmação, também, da concepção ideológica e moral da classe dominante que é absorvida e espalhada pela maioria dos que estão fora do movimento. E, aos que estão no movimento as lutas pelos direitos sociais são legítimas, tal como o direito à moradia.

Gramsci busca enfatizar que “a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorrem num terreno democrático abstrato, mas segundo processos históricos tradicionais muito concretos” (2014, p.20) que são pensados a partir de uma determinada camada social, tradicionalmente produzida na “pequena e média burguesia fundiária e alguns estratos da pequena e média burguesia urbana”. Ele ilustra como exemplo a Itália, onde a burguesia rural é responsável por fazer profissionais estatais e profissionais liberais, na Itália meridional, e a burguesia urbana os técnicos para a indústria, na Itália setentrional.

Os intelectuais são considerados por Gramsci como “prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (2014, p.21) e destaca duas funções: 1) a de consenso espontâneo das massas em relação à direção do ‘grupo fundamental’ que pelo prestígio e confiança consegue ter esta posição em função da importância que ocupa na produção e no contexto da vida social; e, 2) a do aparelho de coerção estatal que disciplina “legalmente” os grupos que “não consentem” e mantém o controle nos momentos de crise em que desaparece o consenso espontâneo.

O exemplo do movimento da Comuna revela, também, que nas suas formas de organização social há uma “hierarquia” que divide e confere um lugar às pessoas, de centralidade de decisão, de execução de tarefas por tipos e importância de atividades, de articulação entre grupos, enfim, cada um cumpre uma tarefa no processo de organização coletiva, que vai se delineando de acordo com as características do grupo. Portanto, vejo que respeitar e conduzir as decisões de forma democrática é o grande diferencial político dos movimentos sociais em relação à disciplina militar. A divisão das famílias em polos e a escolha dos responsáveis para cada um deles foi sendo definida pelo envolvimento e confiança de cada pessoa no grupo, desde a articulação política e a maturidade construída com os dirigentes, que já foram se revelando no processo das capacitações e oficinas nos núcleos comunitários.

Ainda sobre a divisão de tarefas nas organizações dos movimentos sociais, Damasceno (s/d) revela que os camponeses e os operários, trabalhadores urbanos, sofrem a expropriação do capital e são por ele antagonizados. Com a “modernização conservadora” se vai renovando e perpetuando as formas de exploração da classe trabalhadora, seja no campo ou cidade, quando se mantém a estrutura fundiária vigente, de propriedade latifundiária, mesmo com algumas mudanças no contexto social. A luta fundamental dos “camponeses trabalhadores sociais” através do MST é contra a expropriação da terra, seja contra os posseiros e/ou parceiros e as condições impostas para sua sobrevivência como meeiros, fazendo continuar a exploração capitalista⁸.

⁸O MST é um movimento de massas que se organiza basicamente em torno de três eixos principais: luta pela terra, implantação da Reforma Agrária e mudanças econômicas e sociais no país. Para alcançar seus propósitos possui uma estrutura organizacional que envolve desde as bases até as instâncias nacionais. A organização é permeada pela divisão de tarefas entre os militantes e aglutinados em setores de atividades. Os principais setores de atividades permanentes do MST são: mobilização, ocupação, produção, comercialização, educação etc.

As análises de Damasceno se relacionam à Comuna 17 de abril, principalmente pela dinâmica de organização do movimento rural com o urbano através do MST e do MCP, no que a autora dá pistas muito significativas para esse debate, quando revela em seus estudos e pesquisas junto ao MST que:

(...) tanto a prática produtiva quanto à política traz em seu bojo uma aprendizagem. No primeiro caso o cerne reside no processo de trabalho e nas relações sociais de produção. Um outro saber emerge a partir deste aprendizado - trata-se do *saber da prática social*; este é fruto da experiência do camponês enquanto ator social, portanto enquanto sujeito produtor de cultura. Uma das formas assumidas é o saber técnico decorrentes do modo como o camponês realiza sua atividade, das ferramentas que utiliza para produzir e das relações sociais que desenvolve nesse processo. Tais relações compreendem não apenas as relações mais imediatas de trabalho, mas também relações mercantis mais amplas. (DAMASCENO, s/d, p. 10)

Penso, em sintonia com as análises de Damasceno (s/d, 1990), que a ideia do MST na construção da Comuna 17 de abril era dar sequência ao eixo da luta pela terra e as condições concretas da produção econômica, social e cultural, de acordo com o lema “ocupar, resistir, produzir”⁹. Desta vez no contexto urbano, tendo em vista que essa sempre foi uma vertente das áreas de assentamento do MST no Ceará, onde se constrói “formas próprias de fazer” e também de “um saber social”. Contudo, a autora ressalta que no processo da luta e com a conquista dos territórios ocupados surgem outros conflitos e ambiguidades, tal como a dimensão do trabalho coletivo e do familiar. A ideia sempre foi dividi-los em partes iguais, mas isso acaba sendo minado pelas diferenças de responsabilidades entre cada pessoa e/ou família. E, Damasceno destaca que

(...) o maior dano é de cunho político organizativo, pois esse fato afetando o sonho da construção do coletivo acalentado por muitos dos assentados. Em seu lugar, a semente da desconfiança, da dúvida, foi rapidamente alimentada pelo conformismo, pela impotência para construir o novo, não faltando, evidentemente, o oportunismo das oligarquias locais. Estas se aproveitaram do conflito do grupo para lançar mais dúvidas, para realizar o jogo de cooptação das lideranças locais menos experientes, enfim, para mostrar que esse negócio de coletivo é pura enrolação que serve para uns trabalhar e os

(DAMASCENO, s/d, p. 10).

⁹ Este lema “Ocupar, Resistir, Produzir” foi deliberado no 2º Congresso Nacional do MST, ocorrido de 8 a 10 de maio de 1990, em Brasília com a participação de 5 mil delegados dos 19 estados em que o MST estava organizado. Também participaram do 2º Congresso parlamentares e 23 delegados de organizações camponesas da América Latina. O lema foi motivado em virtude da forte repressão às lutas sociais no campo e o não avanço da Reforma Agrária, assim o Movimento encaminhou que as ocupações de terras seriam o principal instrumento de luta pela Reforma Agrária. Maiores esclarecimentos: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/88-93/>

outros enriquecer (fala de pessoas do grupo dominante da região). (s/d, p. 10 e 11)

Em pronunciamentos de militantes do MST presentes à Ocupação e educandos do Curso de Serviço Social pelo PRONERA fica clara a assertiva que “as contradições são estrondosas em relação à realidade do campo. Na cidade é muito diferente. Não dá pra ter preconceito com drogas e outras brigas”. E, “nada pode pegar pra si, mas no coletivo. Se você criar status em pessoas você fica marcado. A definição tem que ser coletiva, por mais que na cidade seja muito individual”.

Os momentos de formação política que perpassam todo o processo de mobilização, planejamento e organização política comunitária em torno da Comuna trazem à tona as ideias da educação popular em Freire (2011) e sinalizam ser um eixo central, pois reacende as possibilidades do encontro com a crítica, com a consciência coletiva das classes “despossuídas”, com o “inédito viável” e a possibilidade concreta de ir conquistando uma nova ordem social, sem desigualdades.

Merece destaque, ainda, no campo da educação popular, as discussões de Marcon (2012) sobre a experiência do acampamento Encruzilhada Natalino – RS¹⁰, na perspectiva da educação através dos movimentos populares por um lado, na resistência dos acampados e por outro, na intervenção do poder público, no caso o governo estadual. O debate de Marcon (2012) fundamenta a tese de que os movimentos sociais populares são educadores e contribuem para a tomada da consciência crítica em torno da reforma agrária, fortalecendo os laços de solidariedade, pois nascem e se desenvolvem a margem de epistemologias hegemônicas eivadas de preconceitos sobre este tema e disseminadas, principalmente, na academia e na mídia.

Por fim, esclareço que as referências analíticas aqui apresentadas são, apenas, um início da jornada de busca do conhecimento sobre o tema da formação política e educação popular no movimento social Ocupação Comuna 17 de abril.

¹⁰O acampamento ocorrido no período de 1980 a 1983 foi de uma importância histórica por ser pioneiro e por sua resistência e conquistas que se revelam contrárias aos encaminhamentos e imposições do Governo, que propôs deslocar os acampados para uma área de colonização no Mato Grosso, justificando a ideia de não haver terras para a reforma agrária no Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

- BEHRING, Elaine Rosetti. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRANDÃO, C. R. Repensando a pesquisa participante. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1990.
- CARVALHO, Alba Ma. Pinho e VIANA, Virginia Márcia Assunção. Relatório Final. Pesquisa - População Sobrante em Fortaleza – CE e suas trajetórias de vulnerabilidade e de risco: um resgate analítico do CadÚnico. Fortaleza: 2009.
- CECEÑA, Ana Esther (Org.) *Os desafios das emancipações em um contexto militarizado*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *As categorias de Gramsci e a realidade brasileira*. In: BADALONI, Nicolas [et al.]. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- DAMASCENO, Maria Nobre. Anotações e reflexões sobre os movimentos sociais. Mimeo. s/d.
- _____. Pedagogia do Engajamento: trabalho, prática educativa e consciência do campesinato. Fortaleza: Edições UFC/ Stylus Comunicações, 1990.
- _____. A Construção do Saber Social pelo Camponês na sua Prática Produtiva e Política. In: THERRIEN, Jacques e DAMASCENO, Maria Nobre (Coord). Educação e Escola no Campo. Campinas: Papirus, 1993.
- _____; THERRIEN, Jacques. Educação e Hegemonia: o trabalho e as práticas sócio-educativas no campo. Relatório de Pesquisa. UFC/ FAGED, junho/1992.
- _____. Artesania do Saber: tecendo os fios da educação popular. Fortaleza: Edições UFC, 2005.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970.
- _____. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.
- _____. Pedagogia da esperança. 17 ed. rev. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2011.
- _____. www.wikipedia.com.br. Acessado em: 19/06/2014.

FURTADO, Ribamar e FURTADO, Eliane. A intervenção participativa dos atores – INPA: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2000.

GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Volume 2. Os intelectuais. O princípio Educativo. Jornalismo. Caderno 12 (1932). 7ª Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2014.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 6ª. Ed. São Paulo: Loyola, 1992.

MARX, Karl. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. Trad. Nélio Schneider. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

MÉSZARÓS, István. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. 3ªed. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARCON, Telmo. Os movimentos sociais como educadores: contribuições teóricas e políticas. Revista Educação. Santa Maria, RS. V.37, nº 3, p.495-508, set/ dez., 2012

SCHERER-WARREN, Ilse. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse e LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Movimentos Sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

STRECK, Danilo R. A Educação Popular e a (re) construção do público. Há fogo sob as brasas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 32, maio/agosto, 2006, p. 272-284.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: Os Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: brasiliense, 2004.

ZIBECHI, Raúl. A emancipação como produção de vínculos. In: CECEÑA, Ana Esther (Org.) *Os desafios das emancipações em um contexto militarizado*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

www.sms.fortaleza.ce.gov.br (acessado em 06/10/2011)

www.mst.org.br/Jornada-Nacional-de-Lutas-pela-Reforma-Agraria-2012.

I JOINGG – JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI
VII JOREGG – JORNADA REGIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI
Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia
Universidade Federal do Ceará – Faculdade de Educação
23 a 25 de novembro de 2016 – Fortaleza/CE
Anais da Jornada: ISSN 2526-6950

<http://comuna17deabril.blogspot.com.br/2010/05/por-que-somos-comuna-17-de-abril.html>

www.anped.org.br/